

7

*Discurso na cerimônia de abertura
oficial do XV Congresso Mineiro de
Municípios e do IV Congresso Mineiro de
Associações microrregionais de municípios*

BELO HORIZONTE, MG, 14 DE JULHO DE 1998

Senhor Governador do Estado, meu particular amigo Eduardo Azeredo; Senhor Vice-Governador de Minas, Walfrido dos Mares Guia; Senhor Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa; Senador Francelino Pereira, que nos dá a honra da companhia; numerosos Deputados Federais e Estaduais que aqui estão; Senhor Prefeito Edson Soares, meu antigo companheiro de Congresso, Presidente, hoje, da Associação Mineira de Municípios; Presidente da Federação Mineira de Associações Microrregionais de Municípios, Vitor Vieira dos Santos; Senhores Prefeitos; Senhoras Prefeitas; Senhores Vereadores; Senhoras Vereadoras; Senhores e Senhoras,

O Governador Eduardo Azeredo mencionou – e é certo – que não é a primeira vez que venho ao encontro com os prefeitos, neste Congresso de Municípios. Em 93, ainda estávamos iniciando essa arrancada para uma mudança profunda no Brasil. Eu havia sido nomeado Ministro da Fazenda pelo Presidente Itamar Franco, de surpresa, para mim, e tinha deixado o Ministério das Relações Exteriores. Não era difícil perceber, naquela conjuntura, que ou nos dávamos as mãos, o Presidente Itamar e o Ministro da Fazenda – e o Presidente me deu a mão, o Congresso

Nacional nos deu a mão, mas, sobretudo, o povo brasileiro – ou não sairíamos da situação em que estávamos, porque tudo, então, estava toldado. E a expressão que foi aqui mencionada, de limpar o pára-brisa, não se aplica a mim, mas se aplica ao povo brasileiro, que limpou o seu futuro combatendo a inflação. Ou nós fazíamos isso, ou não teríamos no que progredir.

Talvez, tenha sido aqui, Minas, um dos primeiros locais onde pude sentir a força deste momento novo no Brasil. O Governador Eduardo Azeredo me acompanhou a Poços de Caldas. Ele deve estar recordado – foi dia 1º de julho, o dia em que nós trocamos a moeda. Vejo que o Deputado Mosconi está feliz porque me referi a Poços de Caldas. Já naquele instante se sentia a magia daquele momento – magia no sentido não de que se iria produzir um milagre, mas da eletricidade que pairava no ar, num povo que começava a ganhar auto-estima. E a moeda é símbolo, é símbolo nacional.

Naquele momento, o País começava a reconhecer a sua potencialidade. Hoje se fala de luta contra a inflação como se fosse uma questão meramente técnica. Não é. É uma questão eminentemente política. E, mais do que política, é uma questão social. Ou a população percebe que é preciso mudar o patamar, o padrão no qual a população estava sendo, digamos, sofrida, por causa da inflação; ou ela entende isso e se dispõe a um certo sacrifício, ou não se avança. E ninguém se dispõe a um sacrifício se não se dá um horizonte de possibilidade.

Quando a população percebeu, os brasileiros e as brasileiras perceberam que a estabilidade asseguraria a possibilidade de o salário não acabar no meio do mês, mesmo que ele fosse pequeno, como ainda é até hoje, a população se jogou nessa direção.

Eu me recordo – e aqui está uma das pessoas que lá estavam presentes – de que, na Associação das Donas de Casa, aqui, de Minas, fui explicar – e até errei no cálculo, me recordo disso – uma coisa difícilíssima, que era a URV. Um povo que entendeu a URV entende tudo, no Brasil, porque era difícil explicar do que se tratava, a Unidade Real de Valor. E o povo entendeu, apoiou, confiou, e nós conseguimos superar aqueles momentos. Foi aqui, em Minas, inicialmente, que senti a força da mudança que estava começando a ocorrer no Brasil.

Hoje, essa mudança já é perceptível de uma maneira mais generalizada, não só no Brasil, mas também fora do Brasil. E creio que as coisas, digamos, de detalhe, o comportamento micro, são mais importantes do que o macro, para entender essas modificações.

Uma pessoa, duas pessoas, aliás, que trabalham na minha família há alguns anos foram à Europa: empregadas domésticas. Primeiro, já é um fato importante: foram à Europa por conta própria. Uma voltou e me disse que estava muito orgulhosa porque tinha conseguido trocar a moeda, o Real. Mas reclamou de que não havia conseguido trocar a moeda em Portugal.

Por coincidência, na semana seguinte, o Primeiro-Ministro de Portugal esteve no Brasil, eu estive com ele e disse: “Olha, aconteceu isso.” Ele, então, foi lá ver do que se tratava e me explicou que, em Portugal, também se trocava o Real. Apenas, como o câmbio é livre, em alguns bancos, sim, existe a moeda para trocar; noutros, não.

Quando uma pessoa nunca imaginou poder ir à Europa e vai à Europa, quando chega lá e vê que a moeda é trocada, isso vale mais do que um livro de texto explicando como se combate a inflação, porque é quando a pessoa, o ser humano se dá conta da importância da estabilidade e da importância da moeda.

Por certo, se a moeda é símbolo, se o Real, hoje, é alguma coisa que está incorporada, digamos assim, à auto-estima dos brasileiros e das brasileiras, nada termina só como um símbolo. Começa, abre-se um horizonte de possibilidades, e esse horizonte de possibilidades tem que ser concreto.

E, de novo, me refiro a Minas Gerais. Talvez em poucos estados do Brasil se tenham sentido os efeitos das transformações concretas ocasionadas pela estabilização como foram sentidos aqui em Minas. Porque aqui, em Minas – e acabou de dizê-lo o Governador –, as regiões cresceram, o produto industrial cresceu, a taxa de desemprego, embora seja elevada, não é das mais elevadas do Brasil e, muito freqüentemente, ela volta a um padrão de normalidade, porque existe crescimento. Existe uma modificação profunda aqui, em Minas Gerais. E essa modificação profunda, se ela se mostra de início – basta falar das fábricas de auto-

móvel, autopeças, têxteis, e por aí vai – ela, na verdade, está ancorada em uma coisa muitíssimo mais importante: é que aqui se está mudando a mentalidade. E a mudança se expressa, concretamente, naquilo que também já foi mencionado aqui, que é o fato de que Minas Gerais está à frente – e, quando não está à frente, está entre os que estão à frente – nos processos de transformação da educação.

Essa modificação, esse avanço havido aqui, em Minas Gerais, esses 98% nas escolas, a Feira de Informática, o que acontece aqui no que diz respeito ao livro didático, tudo isso é tão importante quanto é uma moeda estável e quanto é ter fábricas que estão funcionando. Nós estamos cuidando daquilo que mais vai contar no futuro, que é o ser humano, que os economistas chamam de capital humano – e eu, como sou sociólogo, prefiro dizer: das pessoas. São as pessoas que contam. E está acontecendo aqui, em Minas Gerais, uma transformação muito profunda no acesso à educação, no acesso à saúde.

Particpei, em outra oportunidade, aqui, em Minas Gerais também – e o Governador estava comigo e outros aqui presentes estivemos juntos –, de um encontro a respeito de saúde. Vejo que está aqui o Presidente da Associação das Microrregiões de Municípios. A saúde, na questão da organização regional, é fundamental. E aqui, em Minas, se avançou mais do que em qualquer outro estado, na associação dos municípios, para definição do hospital de referência e para que haja um atendimento globalizado da saúde. Essa é a mudança que conta no Brasil.

Eu lhes estou dizendo isso não só para enfatizar que só se obtém isso quanto se consegue ter harmonia política – e o Governador Eduardo Azeredo é símbolo dessa harmonia política, porque consegue dialogar, de maneira construtiva, com o conjunto das forças políticas. Essa modificação, digo eu, é essencial para o novo Brasil que estamos criando. E esse novo Brasil – e aí tomo a palavra do Edson – é um Brasil dos municípios.

Aprendi muito em política com o, hoje, Deputado Federal do meu partido, do PSDB, Franco Montoro. Nos discursos que fazia há 20 ou 30 anos, insistia sempre em uma frase, que terá sido de muitos, mas ele dizia com tal insistência que a nós, paulistas, parece ser dele: “Ninguém

mora no estado, ninguém mora na União: as pessoas moram no município.” É um truísmo, mas é assim que são as coisas. É óbvio, mas por ser óbvio é que é importante, porque é verdade que é assim.

Esse novo Brasil, na construção do qual estamos empenhados; esse novo Brasil, que, repito, tem por base uma política de austeridade, uma política de controle do gasto público, uma política responsável, é um novo Brasil, que só se vai enraizar na medida em que formos capazes de estabelecer novas formas de relacionamento entre a União, o estado e o município, em que este, efetivamente, como já foi dito aqui, assume tarefas crescentes.

Quero lhes dizer que o esforço que tem sido feito pelo Governo Federal nessa matéria é sempre na mesma direção. Eu diria que é em duas direções principais. A primeira direção é a de que nós temos que descentralizar: descentralizar a saúde, descentralizar a educação, descentralizar, no futuro, a reforma agrária. Descentralizar. Um país do porte do Brasil, com 5 mil 500 e poucos municípios, não pode ser governado de Brasília. Brasília tem que sinalizar, tem que simbolizar o de que for capaz, tem que dar alguns recursos, tem que definir políticas, em cooperação, mas não pode executar, porque executará mal. E não pode pretender saber melhor sobre cada situação do que quem vive aquela situação.

A descentralização é fundamental. É linha deste governo e há de ser de qualquer governo realmente democrático no Brasil, porque não há outro caminho. E nós, que passamos por experiências de centralização, sabemos que é assim. Agora, descentralizar é muito difícil, porque nós não temos a experiência da descentralização, não temos, muitas vezes, os mecanismos da descentralização e não temos, muitas vezes, aquilo que é essencial, que é a confiança recíproca nos processos descentralizadores. É preciso construir isso.

A outra linha, além da descentralização, é a linha de combate aos desequilíbrios regionais. Aqui foi mencionada a questão do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuí. Quanto ao Vale do Jequitinhonha, não se preocupem. Só não convém alardear muito, mas não se preocupem. Até porque eu disse, lá, em Diamantina, que eu seria favorável, se chegasse até mim a lei. Logo, não posso dizer duas coisas.

Agora, essa busca de um equilíbrio regional é fundamental. Devo dizer, com sinceridade – porque não há outra linguagem, como disse o Governador Eduardo, senão a da franqueza –, que os nossos mecanismos atuais não são dos mais aptos a promoverem, com a velocidade e com a competência necessária, o processo de reequilíbrio regional. Não são. Não são porque houve, digamos, o envelhecimento de algumas estruturas; houve a apropriação de certos mecanismos de subsídio que não estão dando os resultados esperados, em termos do desenvolvimento regional. Nós temos que buscar formas mais ativas de desenvolvimento regional. Mas nós vamos buscá-las. Acho que isso é fundamental. Esse “nós” não sou eu, não é um governo: é o País, que precisa buscar formas de reequilíbrio.

Precisamos continuar no caminho da interiorização. Isso não são palavras. É uma realidade. Quem, como alguns de nós aqui, tem experiência de Brasília e viu Brasília o que era – eu me refiro à região, não à cidade – e vemos o que é hoje; quem conhece, como eu conheço, esse interior do Brasil, em Mato Grosso, em Tocantins, lá em Rondônia, onde seja, sabe que a interiorização é o caminho do Brasil. E o Governo tem feito um esforço imenso para dar as condições para essa interiorização. Condições significam, basicamente, duas coisas: transporte e energia. O esforço que nós fizemos, com todas as dificuldades, por causa da necessidade do controle da inflação, por causa da escassez de recursos, foi todo ele concentrado em obras que tivessem efeito de disseminar, nas regiões, o desenvolvimento. Em vez de criarmos pólos de desenvolvimento, estamos criando corredores de desenvolvimento, para que o desenvolvimento possa se interiorizar.

Nunca se tinha tomado, no Brasil, consciência da necessidade, da importância e da possibilidade da utilização dos nossos rios. Quem for hoje, agora, a Rondônia olhar o que está acontecendo em Porto Velho, onde está sendo construído um terminal graneleiro, e verificar que, hoje, o rio Madeira é uma esteira que conduz, em barcaças, soja produzida no Brasil Central, que vai ser despejado no rio Amazonas, em Itacoatiara, e que, de lá, no terminal graneleiro, vai sair para o oceano afora, reduzindo, drasticamente, o custo do transporte, verá porque o

Governo se empenhou tanto em utilizar os nossos rios. O significado da interiorização, de barateamento da produção e de disseminação do desenvolvimento é imenso com os rios.

O mesmo estamos fazendo com o Araguaia—Tocantins. E os senhores sabem, e as senhoras também, que recentemente fui a Tucuruí para dar início a uma obra fundamental para que nós possamos, efetivamente, utilizar o rio Tocantins, que é a comporta de Tucuruí, porque Tucuruí barrava o rio e não havia como passar com as barcaças por lá. Daqui a algum tempo, depois que iniciamos, agora, essa obra, vamos poder fazer com que o Centro do Brasil também alcance o porto de Belém e, se não quiser, possa derivar para o porto de Itaquí. Estamos fazendo todas as conexões intermodais de ferrovias e de rodovias para que esse caminho fluvial tenha um alcance ainda maior.

Estamos fazendo isso no rio São Francisco, onde estão quase prontos, quase terminados o balizamento do rio e a reorganização do porto em Juazeiro e Petrolina. E estamos concretizando um sonho do Nordeste, que era fazer com que a Transnordestina chegasse até Salgueiro e, de Salgueiro, a Petrolina, para que nós pudéssemos conectar – e vai-se conectar, no futuro – Minas Gerais com essa região e para que possa essa estrada de ferro chegar ao porto de Suape, em Pernambuco e, de lá, buscar os mares abertos pelo mundo afora.

Estamos, portanto, interiorizando o desenvolvimento. Dei alguns exemplos. Poderia falar de outros. Quem mora em Mato Grosso sabe o que nós estamos fazendo, sabe o que significou a ponte rodoferroviária para ligar, por estrada de ferro, São Paulo com o Mato Grosso; sabe também o que estamos fazendo no Brasil. O modelo é o mesmo. Em toda parte, nós estamos construindo uma nova geografia econômica do Brasil, que vai permitir que as regiões tenham mais vitalidade e que possamos enraizar o nosso crescimento nos municípios, pelo interior afora.

Dito isso, quero lhes dizer que não vou deixar de comentar o que foi mencionado aqui pelo nosso companheiro Edson Soares. Acho que é indispensável, para que possamos levar adiante um projeto de um Brasil democrático, de um Brasil com desenvolvimento, de um Brasil que cresça, de um Brasil que se interiorize e de um Brasil que seja descentra-

lizado administrativamente, que nós re façamos certas medidas que foram tomadas no Brasil ou certas práticas que foram adotadas, no Brasil, para que os municípios tenham mais viabilidade efetiva.

Não vou deixar de me referir àquela que será, certamente, a demanda fundamental, que é a reforma tributária. É óbvio que nós vamos fazer uma reforma tributária. E reforma tributária é um processo complexo. Está em marcha. E, nesse processo complexo, nós temos que buscar mecanismos pelos quais mais pessoas paguem – e não recair sempre sobre as mesmas o que se cobra –, portanto, mecanismos técnicos que combatam realmente a sonegação.

O Governo Federal tem apertado no que pode os sonegadores. Quem conhece essa mecânica sabe que nós temos tapado o possível dos caminhos da evasão fiscal. Não é suficiente. Temos que simplificar o sistema tributário, para que ele possa ser mais abrangente, para que nós possamos, então, dispor de mais recursos para atender às demandas, que são demandas dos municípios. Quero dizer, com a mesma franqueza, que, assim como os municípios demandam, os estados demandam e a União demanda. Todos demandam porque todos têm necessidade de mais recursos. E, como também não se pode aumentar impostos, porque paralisaria a produção, temos que buscar mecanismos de equilíbrio que permitam gerar mais recursos, aproveitá-los melhor, distribuí-los melhor, de tal maneira que os municípios tenham uma parte do bolo que seja mais eficaz para os objetivos que serão cada vez mais enraizados nos próprios municípios.

Mas quero lhes dizer também que não se pode imaginar que, qualquer que seja a reforma tributária, ela resolva todas as questões. Não vai resolver. Vai ajudar, mas não vai resolver. Por que não vai resolver? Porque nós temos alguns outros problemas paralelos, como o da reforma tributária, problemas que dizem respeito, eu diria, a dois outros ângulos de visão. De uma parte, nós precisamos buscar formas de organização e de gestão melhores. Quando olho o gasto social do Brasil e comparo o gasto do Brasil com o de países que têm o mesmo nível de renda *per capita* ou o mesmo Produto Bruto, vejo que o nosso gasto social é mais ou menos equivalente ao daqueles outros países. Quando se soma o gasto de educa-

ção, de saúde e etc., percebe-se que o gasto é mais ou menos equivalente e o resultado é, geralmente, inferior. É verdade também que, quando se olha o *per capita*, a situação é mais dramática, do nosso ponto de vista.

Mas nós temos que melhorar o modo pelo qual se gasta. E não me refiro ao município, mas a todos os níveis da administração. E não é uma questão da decisão do Governador Eduardo e do Presidente Fernando Henrique: é uma questão do modo coletivo pelo qual se maximizam ou não os recursos existentes.

Ainda recentemente, eu estava vendo, num jornal brasileiro, uma discussão a respeito de bolsas de estudo, matéria extremamente delicada. Um Presidente da República, quando fala, geralmente, vai ser criticado. Mas quem está na chuva é para se molhar, e eu acho que não convém ser Presidente da República e esconder os problemas ou o que se pensa. Tem que se dizer o que se pensa. Havia uma crítica de que o número de bolsas estava diminuindo. Eu fui olhar, e os dados não eram bem esses: não estavam diminuindo.

Mas fui olhar a distribuição das bolsas. O Brasil distribui, hoje, pelo Governo Federal, quase 50 mil bolsas no CNPq, outro tanto na Capes, que são os dois sistemas de bolsas que nós temos, fora os dos órgãos estaduais. Isso dá um total de quase 100 mil bolsas, um gasto de mais ou menos 800 a 900 milhões de reais, que é alguma coisa substantiva.

Mas cada bolsista gasta, em média, se for no exterior, 100 mil dólares. É o que custa um bolsista para o povo – 100 mil dólares. Quando se vai olhar quanto tempo a pessoa leva para fazer a sua tese, de mestrado e de doutorado, há uma certa preocupação, porque leva muito tempo, em média. Nós temos que cuidar dessa média. Temos que ver por que tanto tempo. Quanto mais tempo uma pessoa levar, menos gente terá acesso a bolsa, ou, então, mais gasto o povo terá que fazer.

Será que é justo levar tanto tempo? Será que não existe aí, também – não digo fiscalização porque é uma palavra ruim –, pouca exigência, de parte a parte, de quem está recebendo esse privilégio de estudar fora e de quem está dando recurso que é do povo?

Então, será que nós temos que pensar em aumentar o gasto só para olhar, também, e dizer: “Meu Deus, o que faço com esse dinheiro?” E,

quando eu olho: “E essas bolsas, quem as recebe?” Algumas categorias profissionais recebem dezenas de bolsas; outras, de talvez maior interesse social, uma, duas, três. Será que isso é certo? Não estou respondendo, estou perguntando, apenas numa reação quase que de leitor comum que vê no jornal e diz: “Meu Deus, será que precisa de mais dinheiro? Ou de usar melhor o dinheiro?”

Certamente vamos precisar das duas coisas: de mais dinheiro e de usar melhor o dinheiro. Mas o delta a mais que se der, se for para ser melhor gasto, tem efeito multiplicador muito maior do que simplesmente dar mais dinheiro. E isso eu diria que se repete nos vários setores da administração pública brasileira. Não é a administração: é a nossa cultura brasileira que está mudando. Ela era pouco exigente quanto ao que se fazia com o recurso público, dada a impressão, que vem da inflação, de que o recurso público é do governo. Não, o recurso público é do povo, porque ele sai do imposto. Então, todo mundo acha que é fácil gastar porque é do governo. Esquece-se de que o governo não tem um tostão. Tudo que tem no governo foi tirado do povo, ou via inflação ou via imposto, ou via as duas coisas. Mas é dinheiro do povo, não é do governo.

Então, tem-se a impressão de que, “como é do governo”, não se deve calcular tanto o custo. Por que não substituir essa idéia de que o dinheiro é do governo pela idéia de que o dinheiro é do povo e que, portanto, nós temos que ser altamente exigentes em saber o que estamos fazendo com o dinheiro do povo? Isso é fundamental, isso é básico para que nós possamos, realmente, mudar as práticas no Brasil.

Então, eu diria que, ao lado da reforma tributária, ao lado de um acesso maior ao recurso, tem que haver um melhor gerenciamento desses recursos, em todos os níveis. E acho mais: acho que o que há de novo, no Brasil – e por isso mencionei Minas, e por isso mencionei os municípios, e por isso mencionei os programas educacionais e os de saúde –, o que há de novo, no Brasil, é que nós estamos estabelecendo, pela primeira vez na nossa história, o sentido de responsabilidade pública – e não estatal: pública.

Quer dizer, a responsabilidade pela gestão não é do prefeito, só. Ela tem que ser da população também. A responsabilidade, na crítica ou na

cooperação, ou nas duas, simultaneamente, tem que ser, também, da população. Mas nós temos que criar os canais para permitir que essas cooperações ocorram de forma regular.

Volto à questão mineira. O Governador mencionou a distribuição de ônibus. Eu me recordo de que, no Programa do Comunidade Solidária, houve discussões a esse respeito. Nós mudamos o modo de distribuição, para que ele não fosse político e, sim, fosse técnico. Nós não estamos querendo saber se o prefeito é desse ou daquele partido: estamos querendo saber se a população necessita ou não necessita e se o prefeito utiliza bem ou não o recurso que recebe.

Isso é fundamental. E o juízo, nessa matéria, na medida em que é um juízo que se forma com a população, dá mais solidez à decisão de Governo.

A mesma coisa com relação à questão da seca. É a mesma coisa, é o mesmo processo. Só em Minas Gerais, isto: 87 mil empregos em frentes produtivas. Com qualquer partido. Isso é novo. E como se faz isso, que é o ponto que eu estava mencionando? Com a comissão local. Essa comissão local pode ou não ter vereador, pode ou não ter representante de partido, mas tem que ter sindicalista, tem que ter alguém de alguma igreja, e não só da católica: das igrejas que estiverem ativas na região; tem que ter representantes das donas de casa, o que seja, para que se organize, na sociedade, um mecanismo que é de cooperação com o Governo.

É um erro pensar que as organizações não-governamentais devam atuar como se elas fossem a sociedade civil contra o Estado. Eu costumo chamá-las de neogovernamentais, não para criticá-las, mas para dizer que elas devem entrar, realmente, numa linha de cooperação crítica, mas cooperação não com o Governo, é com a sociedade, com o resultado que se quer alcançar.

Na questão da educação – e aqui há pessoas que entendem mais do que eu sobre matéria educacional – o que o Governo está fazendo? A distribuição dos recursos, de certo tipo de recursos, vai diretamente para a diretora da escola. E, agora, irá com a condição de a escola dispor de uma associação de pais e mestres, porque o destino do recurso, pequeno que seja, vai ser decidido não só pela diretora, não só pelos professores, mas, também, pela associação de pais e mestres. Vão deci-

dir – sei lá, mil reais, dois mil, três mil, quinhentos, o que seja – se é melhor fazer o quê? Comprar uma perua para atender a população que mora no campo? Refazer uma sala de aula? Comprar uma biblioteca? Como é que lá, de Brasília, o Ministro pode saber disso? Ou mesmo o secretário de educação, aqui? Não pode. Só os colegiados, ou alguns colegiados. Essa é a forma nova da gestão.

Isso, para mim – na saúde nem se fala, é fundamental –, é tão importante quanto o resto. O novo, no Brasil, é essa capacidade que nós estamos tendo de, a partir da estabilidade da moeda, conseguirmos a reconstrução dos mecanismos que vão propiciar um salto no desenvolvimento econômico – e que ninguém tenha dúvida quando a isso; e volto já a esse ponto – e a reorganização do Estado. Só os ingênuos imaginam que o Estado deva ser pequeno. O Estado tem que ser eficiente, não tem que ser pequeno nem grande. O Estado grande e ineficiente é bobo, e o Estado pequeno, mas eficiente não dá conta do recado. Nós temos que ter um Estado proporcional ao desafio do Brasil e que seja competente na sua realização. Essa é a modificação a que me referi; são essas estruturas novas.

Essa parceria e esse contato permanente da sociedade com o setor público é que vão definir o Brasil como o país com que sonhamos, como um país solidário e coeso, como um país que será o local onde as pessoas se sintam à vontade nele e não se sintam excluídas nele. Não adiantam um crescimento econômico e um desempenho positivo, se a população se sentir fora desse processo. E ela não vai se sentir dentro desse processo simplesmente porque a moeda é estável. Ela vai se sentir dentro desse processo se ela aumentar o grau de participação nas decisões de governo. E essas decisões, das quais a população participará crescentemente, serão muito mais no município do que no estado ou na União, porque é natural, pela razão da presença imediata da população nas questões que dizem respeito ao município.

Esse é o desenho do Brasil que nós queremos, um Brasil municipalista – se me permitem a palavra. Não pode ser diferente. Nós somos um país continental, um país do tipo americano, do tipo China, do tipo desses grandes países continentais. Se for pensado como nação, ou seja,

um povo que tem uma coesão e uma cultura e que, portanto, gosta do pedaço em que vive; se for pensado como uma nação nesse sentido moderno, ele só pode ser pensado como um país do jeito que eu acabei de caracterizar, que é descentralizado, que confia na sua sociedade, que estabelece pontes entre o cidadão e a administração, que, na verdade, melhora os seus sistemas de gestão e que utiliza melhor os recursos disponíveis, que serão sempre poucos diante das necessidades, sempre muito maiores do que os recursos disponíveis.

Acredito que tudo isso ficará mais fácil à medida que sejamos capazes de sairmos da situação em que ainda nos encontramos, de uma preocupação predominante com o controle do Orçamento, porque não podemos arriscar uma volta atrás: seria a perda de controle dos Orçamentos.

Todos estão sabendo – estamos vendo e o povo percebe – o esforço tremendo que foi feito para que o Brasil pudesse suportar o que aconteceu na Ásia, em outubro, sem que saíssemos do rumo, sem que perdêssemos o trilho, que é o fundamental. Nós estamos assistindo ao que está acontecendo nos países que não foram capazes de dar as respostas convenientes.

Nós sabemos – e o povo sabe melhor do que nós – o sacrifício que nos custou elevar as taxas de juros ao nível que fui obrigado a permitir que se elevassem em outubro do ano passado e as conseqüências disso sobre o crescimento econômico e, por conseqüência, sobre o desemprego. Mas, se não tivéssemos tido a capacidade de tomar aquelas decisões; se o Congresso não nos tivesse apoiado, como apoiou; se os governadores não tivessem tido a compreensão, como tiveram – especialmente aqui em Minas, e eu agradeço –; se não tivesse havido essa compreensão de que o momento nacional, em certas circunstâncias, se sobrepõe ao interesse local; se nós não tivéssemos feito isso, se nós tivéssemos feito o caminho da facilidade, nós, hoje, estaríamos envoltos, de novo, não só na inflação, mas também nas taxas de juros mais altas, na perda de crescimento econômico, na perda de rumo, no desemprego e na convulsão social, como nós estamos vendo acontecer em vários países do mundo que não tiveram a capacidade, que o Brasil teve, de tomar as medidas necessárias.

Mas nós já as tomamos. A situação, agora, já é outra. Já estamos revertendo tudo isso. Já estamos voltando a ver o delineamento de um futuro de maior crescimento econômico. E seria cego o governo que insistisse numa política que corresponde a uma época de incerteza – e ainda temos alguma incerteza –, uma época de crise iminente. Estamos numa época em que já demonstramos ao mundo a nossa capacidade de controle e, portanto, temos que, outra vez, retomar o rumo de um investimento crescente e seguir adiante num processo que nos permita maior folga.

No momento em que este país voltar a crescer, como vai voltar, a taxas de 5% e 6%, as questões fiscais todas se tornarão mais simples, as distribuições de recursos também se tornarão mais factíveis e a reforma tributária deixará de ser feita no sufoco de alguém que precisa de uma tábua de salvação para sobreviver e passará a ser alguma coisa feita com mais racionalidade.

Não nos enganemos: de nada nos adiantaria tomar decisões tributárias que levassem a uma percepção de que houve desafogo para, logo adiante, nós entrarmos numa situação de desequilíbrio fiscal. Mas, sim, nos interessa uma reforma tributária – e faremos a reforma tributária – numa perspectiva de um país que tem um crescimento pela frente, e não na perspectiva de um país que está bloqueado no seu processo de crescimento.

O grande esforço do Governo, neste momento, é exatamente o de desbloquear os mecanismos que impedem um crescimento mais rápido. Esses são, basicamente, dois ou três conhecidos: um é baixar a taxa de juros – coisa que está sendo feita –, outro diz respeito à questão relativa a incentivar a exportação, porque, no momento em que o Brasil crescer de novo a 6%, nós vamos aumentar as importações. É natural, porque nós vamos precisar de mais equipamentos, mais matéria-prima. Vamos aumentar as importações. E, se não tivermos reservas, não tivermos capacidade de exportar, nós vamos ter, aí, um gargalo outra vez.

Então, estamos preparando o terreno para o crescimento sustentável, de forma contínua. Conseguimos manter o crescimento de forma contínua de 93 até agora. Mantivemos: não houve nenhum ano sem

crescimento econômico. Mas para que nós possamos passar dos 3% e 4%, que, certamente, no fim do ano, estaremos marchando já a esse nível, mas o ano que vem, de 3% e 4% para 5%, na direção de 6%, nós precisamos acertar essas questões a que me referi aqui, da taxa de juros, a questão relativa às exportações e, por conseqüência, nós precisamos, também, mexer na questão relativa à reforma tributária, porque ela incide diretamente sobre a nossa capacidade de exportação e incide diretamente sobre uma porção de tributos, diretos e indiretos, que acabam pesando demasiado sobre a economia e impedem que o Brasil dê um salto maior.

Queria lhes transmitir, simplesmente, aos senhores e às senhoras que são prefeitos, que o Governo tem sensibilidade para a questão, sabe que, quando os senhores dizem, como acabou de ser dito, que os gastos aumentaram, é verdade. Os encargos aumentaram. Nós sabemos que é verdade.

Temos consciência, portanto, de que vamos precisar trabalhar em comum. E aproveito esta oportunidade para lhes dizer que uma das demandas que tenho ouvido de vários setores, de prefeitos, é de que haja uma comissão de prefeitos que possa dialogar com os técnicos do Governo a respeito da reforma tributária. Mandarei fazer isso, porque tenho a convicção, que acabei já de expor, quando falei do Real, da moeda, de que a única maneira de um país democrático e tão diversificado quando o Brasil avançar é saber o ponto de vista do outro, é discutir, é explicar, é dar dados, é convencer. De nada vale uma decisão presidencial ou governamental que não tenha apoio na sociedade. Também pouco vale uma mobilização na sociedade que force o Governo a fazer alguma coisa que, mais adiante, vai se mostrar inútil para os objetivos desejados. É melhor que nós nos entendamos.

Então, a palavra que eu quis trazer a este Congresso de Municípios foi a palavra de que o Governo está disposto a um diálogo mais direto com os prefeitos a respeito da reforma tributária. Essa reforma, provavelmente, só vamos poder enfrentá-la no próximo ano. Enfrentará quem tiver o apoio do povo e, portanto, enfrentará com mais força, porque enfrentará com o suporte imediato das urnas.

Escolhi dizer isso aqui, em Minas – e, com isso, termino –, pelas razões que foram muito bem explanadas pelo Governador Eduardo Azeredo: Minas tem um estilo, estilo que os brasileiros todos deveriam tentar imitar, que é o estilo de conversar, o estilo de dialogar, o estilo de ser persistente sem ser insolente. Esse é o estilo da democracia, estilo que permite que haja o diálogo, que permite que haja, portanto, a capacidade de convencimento. Isso é fundamental para um país que se está formando com novos valores, que são valores democráticos.

Acho que os prefeitos mineiros têm, talvez, a responsabilidade – e o Governador já foi prefeito – de liderar esse processo de negociação na questão tributária e nas outras questões a que me referi aqui, de aprimoramento da gestão administrativa, com o Governo Federal e com os outros estados da União. Certamente faria uma injustiça a outros estados se dissesse que só em Minas é assim, a começar com o meu próprio Estado de São Paulo. Mas, na verdade, aqui existe uma cultura da negociação que é democrática. E o Brasil precisa se convencer disso, de que a negociação é democrática, porque abominável é a negociata. Mas a negociação é democrática.

Quando não se discute e não se ouve o ponto de vista do outro, quando se tem a pretensão de tudo saber, vai-se para um caminho autoritário. Já assistimos ao caminho autoritário em outras circunstâncias brasileiras. Não resolveu os problemas ou, pelo menos, não resolveu alguns problemas importantes. Terá resolvido outros, que não nos interessam neste momento. Então, por que insistir nisso? Vamos insistir no contrário. Vamos insistir em uma atitude que seja aberta à conversação, ao diálogo, e não à intransigência. A intransigência não faz parte da democracia, a não ser em questão moral – a não ser em questão moral. Mas, fora de questão moral, a intransigência não é parte da democracia, não é parte da cultura dos trabalhadores do século XIX nem do século XX, que se formou na negociação. Não é parte do jogo democrático, que requer a negociação. Não é parte do Congresso, que requer a negociação.

E é muito ruim transformar toda a negociação em barganha. Em inglês se chama *bargain*. Normalmente, no Congresso, eles dizem: “Vamos lá para a *bargain*.” Mas tem outra conotação. Aqui se fez uma

tradução equivocada desse contexto. Barganha, em português, não é o mesmo que negociação legítima. Quando eles falam em barganha, nos Estados Unidos, não estão falando em uma coisa “por baixo do pano”: estão falando de uma negociação legítima. Aqui, infelizmente, semanticamente, foi se transformando aquilo que é legítimo – que é ouvir o ponto de vista do outro, ver se se chega a um acordo e ver quais são as condições e os termos do acordo – em barganha, em uma coisa ruim. Essa nós não queremos.

Então, eu os convido, os prefeitos e as prefeitas, à negociação pública dos pontos de vista, para que nós cheguemos a uma convergência e para que possamos reforçar esse caminho que está aberto ao Brasil. Sou uma pessoa absolutamente confiante no Brasil, absolutamente confiante nesse povo, na nossa capacidade de processar as nossas diferenças, de levar adiante as nossas transformações – como aqui também já foi dito – em um clima de paz, em um clima de harmonia, que não obscurece as diferenças, os conflitos, mas que não transforma as diferenças e os conflitos em um mecanismo que impeça a coesão nacional. E é muito importante que essa coesão nacional, essa coesão social se mantenha muito viva no Brasil.

Acho que os episódios recentes do futebol são um exemplo muito positivo de como é possível um país de repente encontrar-se. Como dizia o Nelson Rodrigues, era a pátria de chuteiras, quando estávamos jogando. E mais importante ainda ou tão importante quanto isso foi, agora, este episódio: ao ganharmos o segundo lugar – o que todo mundo quer é o primeiro, é natural –, recebemos de braços abertos os nossos jogadores, porque compreendemos os esforços havidos, as dificuldades eventuais existentes e não derrubamos a nossa coesão, a nossa crença em nós próprios, de brasileiros e brasileiras.

E termino dizendo que eu também creio em vocês.

Muito obrigado.

